

20 anos de Extensão na EACH-USP: educação popular, cidadania e coprodução de saberes no território do Pimentas

Heber Silveira Rocha¹

1. Introdução

Ao celebrar duas décadas de existência, a Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP) reafirma sua identidade intensamente vinculada à extensão universitária como prática estruturante de sua missão institucional. Desde sua criação, a EACH consolidou um modelo de formação orientado pela interdisciplinaridade, pela inserção territorial e pelo compromisso com políticas públicas voltadas às desigualdades urbanas. Seus projetos de extensão, desenvolvidos em diálogo com coletivos, escolas, movimentos sociais e serviços públicos, constituem espaços privilegiados de produção de conhecimento socialmente referenciado, nos quais a Universidade aprende com o território ao mesmo tempo em que contribui para seu fortalecimento. Esse percurso histórico se expressa em iniciativas que aproximam ensino, pesquisa e intervenção social, reafirmando a extensão como dimensão estratégica da formação cidadã na USP.

É nesse marco dos 20 anos de extensão eachiana que o presente projeto se insere e encontra sentido ampliado. A parceria entre a EACH e o Cursinho Comunitário Pimentas (CCP) evidencia a continuidade dessa tradição e reafirma o compromisso da unidade com ações em territórios periféricos. Ao integrar estudantes e docente às práticas de educação popular do CCP, o projeto materializa princípios que estruturam a trajetória da EACH: diálogo com demandas sociais, reconhecimento dos saberes comunitários, produção compartilhada de conhecimento e defesa da educação como prática emancipatória. Assim, a experiência desenvolvida no Pimentas, periferia de Guarulhos, não apenas contribui para a formação dos jovens do território, mas também celebra e atualiza o legado de duas décadas de extensão da EACH, demonstrando sua vitalidade, relevância e capacidade de reinvenção diante dos desafios contemporâneos.

Minha própria trajetória acadêmica e profissional reforça de maneira concreta esse vínculo histórico entre a EACH e a extensão universitária. Como aluno da primeira turma de Gestão de Políticas Públicas, ingressante em 2005, participei de três projetos de extensão ao longo da graduação (2005–2008), vivências que marcaram profundamente

¹ Docente do Bacharelado e da Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas da EACH-USP, egresso e atualmente voluntário no Cursinho Comunitário Pimentas. Contato: heber@usp.br

minha formação cidadã e minha compreensão sobre o papel social da Universidade. Essas práticas extensionistas foram determinantes para que eu me reconhecesse como sujeito político comprometido com o enfrentamento das desigualdades e com a ação pública em territórios vulnerabilizados. Hoje, como docente efetivo do curso de GPP e coordenador de um projeto de extensão, retorno à mesma instituição reafirmando o ciclo formativo que a extensão possibilita: aquilo que recebi enquanto estudante transforma-se, agora, em compromisso ativo de devolver à comunidade práticas educativas que promovam justiça social, acesso ao conhecimento e diálogo com territórios periféricos. Desse modo, o projeto desenvolvido no Pimentas se inscreve não apenas na história da EACH, mas também na continuidade de minha própria trajetória como educador formado pela universidade pública.

2. Contexto e Justificativa

O Cursinho Comunitário Pimentas (CCP), vinculado à Associação Bárbara Cristina Sá (Associação Babi), constitui uma das experiências mais consolidadas e duradouras da educação popular no Brasil. Ele está localizado no bairro dos Pimentas, em Guarulhos, território densamente populoso, marcado por desigualdades socioeconômicas históricas e por uma oferta limitada de equipamentos educacionais e culturais. O CCP atua há mais de duas décadas, desde 2002, como espaço de formação crítica, cidadã e emancipatória. Nesse percurso, estruturou uma pedagogia que articula saberes comunitários, práticas de justiça social e atuação voluntária, consolidando-se como referência em políticas de acesso ao ensino superior voltadas para jovens e adultos das periferias.

Desde setembro de 2024, o CCP tornou-se parceiro do Projeto de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo (USP)², o que marcou uma inflexão significativa em sua trajetória. A vinculação formal à Universidade ampliou sua capacidade formativa, fortaleceu sua sustentabilidade organizacional e consolidou, no âmbito da USP, o compromisso com a democratização do conhecimento e com a aproximação efetiva entre universidade e sociedade. Mais do que um apoio administrativo, essa parceria produziu um espaço de experimentação e diálogo, no qual docente, estudantes universitários, educadores populares e moradores do território constroem conjuntamente práticas pedagógicas, diagnósticos e intervenções socioculturais.

A participação de duas bolsistas de cultura e extensão³ desempenhou papel central nesse processo. Atuando como ponte entre a universidade e o território, as bolsistas

² Nome do Projeto “A USP e o Pimentas/Guarulhos: diálogo por meio da cultura e extensão”. Código do Projeto: 3760.

³ Maristela Aparecida Basilio da Silva e Ana Clara Guimaraes Martins são da turma 2024 e 2023, respectivamente, do curso de Gestão de Políticas Públicas da EACH-USP.

vivenciaram uma formação que integra ensino, pesquisa e extensão de maneira indissociável. No cotidiano do cursinho, sobretudo aos finais de semana, desenvolveram habilidades de mediação social, leitura crítica do território e sistematização de práticas educativas. A experiência ampliou seus repertórios teóricos e metodológicos, fortalecendo sua formação cidadã e profissional inclusive no campo de gestores de políticas públicas, haja vista que a leitura do território é fundamental para formular boas políticas sociais. Ao mesmo tempo, sua presença no CCP contribuiu para qualificar processos internos, organizar dados, aprimorar registros e incorporar abordagens acadêmicas, sem hierarquizar saberes ou impor lógicas externas ao funcionamento comunitário.

Assim, o projeto reafirma um dos pilares da extensão universitária: a produção compartilhada de conhecimento em diálogo com realidades concretas, assegurando que a universidade não se limite a observar os problemas sociais, mas se implique neles como agente corresponsável. Essa dinâmica retroalimenta o ensino – ao permitir que as duas estudantes interagissem imersas em contextos reais de desigualdade e enfrentamento no território do Pimentas; e a pesquisa – ao gerar dados, reflexões e questões que emergem da prática social e tensionam debates da área de políticas públicas, educação e inclusão de jovens de baixa renda ao ensino superior.

Nesse sentido, o CCP ultrapassa a preparação tradicional para o vestibular. Ele se consolidou como território de resistência, acolhimento e produção de saberes populares, nos quais se constroem trajetórias educativas que afirmam a potência política das periferias. Sua articulação com a USP reforça a compreensão da educação como instrumento de emancipação política, justiça social e transformação de vidas, em consonância com o próprio Regimento da USP. Segundo a Resolução nº 5940/2011, que institui o Regimento de Cultura e Extensão Universitária da USP, “as atividades de cultura e extensão universitária são concebidas como processo educativo, cultural e científico que integra o ensino e a pesquisa de forma indissociável”. A resolução evidencia que a extensão não é atividade acessória da universidade, mas espaço estratégico de formação integral, interlocução com demandas sociais e construção coletiva de respostas para os desafios que atravessam o país.

Nas seções seguintes, serão apresentados de forma detalhada o desenvolvimento do projeto no período compreendido entre setembro de 2024 e agosto de 2025 – primeiro ciclo de execução institucionalizado na USP –, destacando suas etapas, atividades formativas, desafios enfrentados e resultados alcançados. Será também discutido como, diante dos avanços obtidos e da consolidação da parceria, o projeto foi renovado e permanece ativo até o presente momento, ampliando suas ações e reafirmando o compromisso contínuo entre universidade e território na promoção do acesso à educação e à justiça social.

3. Descrição do Projeto / Ação

O projeto de extensão “A USP e o Pimentas/Guarulhos: diálogo por meio da cultura e extensão” teve seu início em setembro de 2024, sendo renovado em agosto de 2025. O projeto integra estudantes de graduação e docente da EACH-USP às atividades formativas do Cursinho Comunitário Pimentas, criando um espaço de coprodução de saberes entre universidade e território.

O Cursinho Comunitário Pimentas tem 110 estudantes na faixa etária entre 16 e 20 anos, todos oriundos da rede pública de ensino da periferia de Guarulhos. As aulas ocorrem aos finais de semana, aos sábados e domingos entre 8h e 13h20. Ao longo da semana tem grupos de estudos e aulas de reforço. Todos os professores são voluntários, egressos do cursinho e atualmente universitários. Isto é, o projeto é autossustentável. A proposta pedagógica do Cursinho consiste em articular o ensino tradicional pré-vestibular a um conjunto de ações formativas — aulas temáticas, oficinas, rodas de conversa e atividades culturais — sobre cidadania, políticas públicas, direitos humanos, sustentabilidade, meio ambiente e desigualdades sociais e raciais. Esses eixos dialogam tanto com agendas contemporâneas da universidade quanto com reivindicações concretas da população do bairro dos Pimentas, marcada por desafios estruturais que atravessam cotidianos individuais e coletivos.

As atividades são conduzidas por bolsistas de graduação sob orientação docente, fortalecendo o caráter formativo da extensão como prática indissociável do ensino e da pesquisa. As estudantes bolsistas atuam não apenas como ministrantes de conteúdos, mas como mediadoras de processos pedagógicos, aprendendo a lidar com dinâmicas comunitárias, diversidades geracionais e demandas educacionais específicas de jovens e adultos das periferias urbanas. Essa vivência ampliou suas capacidades analíticas, metodológicas e comunicativas, ao mesmo tempo em que contribuiu para qualificar o trabalho cotidiano do cursinho, inserindo novas linguagens, abordagens e formas de sistematização. Ao operar nesse duplo movimento — formação universitária e fortalecimento do território — o projeto materializa um dos princípios estruturantes da extensão: a construção de conhecimento em diálogo horizontal entre diferentes sujeitos.

O projeto está alicerçado em um princípio pedagógico central: a escuta ativa e qualificada. Em vez de impor conteúdos previamente definidos, busca-se construir percursos formativos a partir das vivências, inquietações e necessidades expressas pelos estudantes do cursinho. A presença da universidade não se configura como transmissão vertical de conhecimento, mas como oferta de ferramentas analíticas que potencializam reflexões sobre trabalho, violência, mobilidade urbana, desigualdades raciais, acesso à educação e participação política. Trata-se de reconhecer que a periferia também produz

conhecimento, e que a aprendizagem se fortalece quando saberes comunitários e saberes acadêmicos se encontram em condições de legitimidade mútua.

4. Metodologia

A metodologia adotada no projeto fundamentou-se na articulação entre princípios da educação popular, estratégias participativas e abordagens interdisciplinares que reforçam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Inspirada no pensamento de Paulo Freire, a prática pedagógica deste trabalho orientou-se pelo diálogo, pela horizontalidade e pelo reconhecimento dos saberes comunitários como ponto de partida para a construção coletiva do conhecimento.

Dessa forma, as duas bolsistas e o docente se apresentaram aos coordenadores pedagógicos do Cursinho Pimentas e aos 110 estudantes em setembro de 2024 e apresentou a proposta metodológica do projeto, que seriam aulas de cidadania e oficinas que os três abordaram aos finais de semana, bem como em participação mediando documentários às sextas feiras à noite.

Nesse sentido, as atividades foram estruturadas com base em metodologias de aprendizagem ativa e contextualizadas. As aulas combinaram exposições dialogadas, análise de casos, uso de recursos audiovisuais, rodas de conversa e exercícios de vivência territorial, possibilitando que os temas emergissem em estreita relação com o cotidiano dos jovens. Essa combinação favoreceu a apropriação crítica dos conteúdos e atribuiu maior sentido ao processo formativo, ao conectar os referenciais acadêmicos às realidades sociais vivenciadas pelos estudantes.

A articulação entre teoria e realidade social constitui outro eixo estruturante da metodologia. Os conteúdos selecionados refletiram experiências concretas dos participantes — como trajetórias escolares, relações de trabalho, responsabilidades familiares, deslocamento urbano, vivências de discriminação e pertencimento comunitário —, de modo que a teoria operou como lente interpretativa da realidade, e não como conhecimento abstrato ou distante. Esse movimento foi fortalecido pela perspectiva interdisciplinar do projeto, que integrou referenciais das áreas de políticas públicas, sociologia, antropologia, economia, história, geografia e educação, ampliando a capacidade analítica dos estudantes e possibilitando leituras complexas sobre fenômenos estruturais.

A participação comunitária foi igualmente fundamental para a metodologia. Foram realizados encontros com agentes públicos, lideranças locais, membros de conselhos municipais e representantes de movimentos sociais, o que ampliou o repertório democrático dos estudantes e permitiu compreender, de forma concreta, instrumentos de participação política e práticas reais de governança. Essa aproximação entre universidade e território reforçou as redes locais e permitiu que os jovens visualizassem possibilidades de incidência política em seus próprios espaços de convivência e atuação.

5. Resultados

As aulas de cidadania constituíram o núcleo estruturante do projeto durante o período analisado. Por meio delas, foi possível abordar temas como democracia, desigualdades sociais e raciais, direitos sociais, meio ambiente, participação política e políticas públicas, sempre conectando esses debates às vivências dos estudantes e às narrativas oriundas do território do Pimentas. Esse conjunto temático permitiu que os jovens se reconhecessem como sujeitos políticos e agentes de transformação, ampliando seu repertório crítico para além das demandas do vestibular. Observou-se, ao longo das atividades, o desenvolvimento da autonomia, da autoestima, da consciência social e da capacidade argumentativa dos estudantes, sobretudo à medida que passaram a relacionar conteúdos às suas próprias histórias e experiências.

A diversidade das temáticas trabalhadas evidencia a amplitude do processo formativo. Na aula sobre corporeidade e colonialidade do poder, discutiram-se corpo, território e relações de opressão, dialogando com os conceitos de colonialidade do ser, saber e poder, com debates sobre raça, gênero e classe e com produções culturais como *Gueras do Brasil.Doc* e o samba-enredo *História pra ninar gente grande*. A análise crítica da obra *A Redenção de Cam* e as contribuições de Ailton Krenak possibilitaram que os estudantes identificassem como hierarquias raciais e coloniais se reproduzem no cotidiano e no espaço urbano.

A discussão sobre povos indígenas no Brasil expandiu perspectivas sobre diversidade étnica e justiça ambiental, destacando a existência de mais de 305 povos e 270 línguas, os impactos da colonização, as cosmovisões comunitárias e ecológicas e a permanência de práticas contemporâneas de racismo. Esse conteúdo estimulou reflexões sobre o papel dos povos originários na defesa dos territórios e do meio ambiente e permitiu que os jovens compreendessem os vínculos entre luta indígena e lutas periféricas.

No debate sobre a Campanha “Faça Bonito”, foram trabalhados os princípios da doutrina da proteção integral presente na Constituição Federal e no ECA, reconhecendo o afeto como direito fundamental e discutindo vulnerabilidades sociais e formas de violência estrutural contra crianças e adolescentes. A temática sensibilizou os estudantes e reforçou a responsabilidade coletiva na garantia de direitos.

A aula sobre a invisibilidade do trabalho do cuidado, ancorada em Silvia Federici e Beatriz Nascimento, permitiu analisar o trabalho doméstico não remunerado, o racismo estrutural, a divisão sexual do trabalho, dados da PNAD/2023 e os limites da PEC das Domésticas. A roda de conversa final, permeada por relatos das famílias, deu concretude ao tema e evidenciou o peso desigual do cuidado na vida das mulheres negras e periféricas.

Outro conteúdo relevante foi o debate sobre endividamento da classe trabalhadora, desenvolvido a partir do conceito de “creditocracia” de Andrew Ross. Foram discutidos mecanismos de controle social via crédito, o alto índice de famílias endividadas no Brasil, a relação entre juventude e apostas online, os interesses econômicos por trás do sistema financeiro e práticas de educação financeira crítica. A discussão ressaltou a autonomia financeira como dimensão da cidadania e como forma de resistência.

A análise dos movimentos sociais e da inovação política — envolvendo o movimento negro, LGBTQIA+, MST e movimento estudantil — permitiu que os estudantes compreendessem processos de mobilização, disputas por direitos e transformações políticas recentes, problematizando a democracia como um projeto em construção. Já a aula sobre Poder Legislativo e políticas públicas introduziu noções sobre as funções dos Três Poderes, o processo legislativo municipal, formas de fiscalização e instrumentos de participação popular, trazendo exemplos concretos do município. A presença de representantes do Conselho de Políticas Públicas para Mulheres de Guarulhos reforçou as possibilidades reais de incidência política local e consolidou a dimensão prática da formação cidadã.

6. Reflexões e Aprendizados

O desenvolvimento do projeto revelou que a educação popular possui um papel decisivo no fortalecimento de trajetórias individuais e coletivas. Ao longo das aulas, estudantes antes tímidos passaram a participar de forma ativa, compartilhar experiências e formular questões complexas. Observou-se também que a universidade se transforma quando dialoga com o território: as bolsistas, ao atuarem diretamente com jovens e adultos das periferias, ampliaram suas perspectivas sobre desigualdades, diversidade cultural, práticas comunitárias e ação política, vivenciando processos formativos que dificilmente seriam alcançados apenas em sala de aula universitária.

Ao mesmo tempo, ficou evidente que o território do Pimentas constitui um espaço de produção de conhecimento, no qual narrativas e experiências de vida ampliam e tensionam as leituras acadêmicas sobre racismo, trabalho, gênero, política e meio ambiente. Esse reconhecimento consolidou a compreensão de que a cidadania se aprende e se pratica coletivamente. As rodas de conversa e dinâmicas de escuta ativa mostraram-se mais transformadoras do que métodos tradicionais de ensino, fortalecendo vínculos, promovendo reflexão crítica e ampliando horizontes sociais e educacionais dos estudantes.

Por fim, os resultados indicam que o projeto contribui para o acesso e a permanência no ensino superior, à medida que fortalece repertórios críticos, autoestima, consciência política e protagonismo juvenil. Trata-se de uma experiência que reafirma a potência da

extensão universitária como espaço privilegiado de formação cidadã, produção de conhecimento e transformação social.

7. Considerações finais

O conjunto de atividades desenvolvidas entre setembro de 2024 e agosto de 2025 — e renovadas até o presente momento — demonstra de forma consistente a potência da articulação entre Universidade e território, eixo que há duas décadas estrutura a identidade extensionista da EACH. Assim como destacado na introdução, a unidade consolidou um modelo de formação comprometido com a justiça social, com a produção compartilhada de conhecimento e com o diálogo permanente com coletivos e comunidades periféricas. Ao longo da execução deste projeto, esses princípios deixaram de ser apenas diretrizes institucionais e assumiram de forma concreta nas práticas pedagógicas, nas vivências territoriais e nas dinâmicas formativas construídas em parceria com o Cursinho Comunitário Pimentas.

As experiências relatadas ao longo do artigo demonstram que temas frequentemente distantes do cotidiano escolar — como colonialidade do poder, povos indígenas, racismo estrutural, desigualdade de gênero, endividamento, movimentos sociais e institucionalidade democrática — foram gradualmente apropriados pelos estudantes, que passaram a elaborar questões, relacionar conteúdos às suas vivências e construir leituras mais complexas sobre o território em que vivem. As aulas deixaram de ser espaços de mera transmissão de conteúdos e se tornaram momentos de diálogo, escuta ativa e construção coletiva de sentidos.

A presença de agentes públicos, lideranças comunitárias e representantes de conselhos municipais desempenhou papel essencial na ampliação do repertório democrático dos jovens, aproximando-os de instâncias formais e informais de participação política. Essa dimensão prática reforçou a compreensão de que a cidadania não é um conceito abstrato, mas uma experiência vivida, tensionada e disputada cotidianamente no território.

Os resultados parciais indicam que o projeto contribui para o fortalecimento da autoestima, da autonomia intelectual e da consciência crítica dos estudantes, ampliando suas condições de acesso e permanência no ensino superior. Ao mesmo tempo, reafirma a importância da universidade pública como instituição comprometida com a democratização do conhecimento, com a redução das desigualdades e com o diálogo permanente com as comunidades periféricas.

Por fim, constata-se que o território do Pimentas não é apenas local de execução do projeto, mas um espaço de produção ativa de saberes, experiências e práticas políticas. A continuidade das atividades e o aprofundamento das parcerias institucionais sinali-

zam que este modelo de intervenção educativa tem potencial para gerar impactos duradouros na formação cidadã de jovens, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática.

Referências

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Resolução nº 5940, de 26 de julho de 2011. Institui o Regimento de Cultura e Extensão Universitária da USP. Disponível em: <https://www.leginf.usp.br/?resolucao=resolucao-no-5940-de-26-de-julho-de-2011>.

Acesso em: **28 nov. 2025**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.